

A face humana da macroeconomia brasileira

MARCELO NERI

Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV

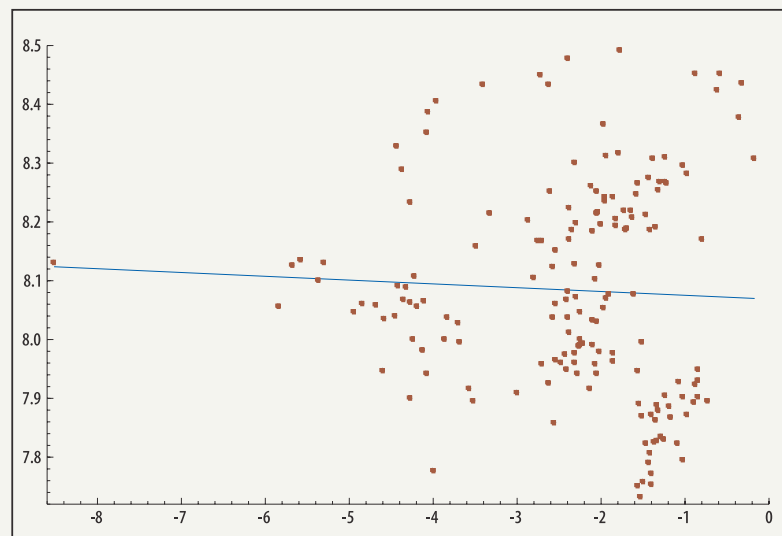
A economia brasileira é historicamente caracterizada por instabilidade e desigualdade. Mas como os freqüentes choques agregados impactam os vários segmentos de nossa sociedade? A construção de quase 20 anos de séries mensais pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, permite explicitar vencedores e perdedores das mudanças observadas.

Outro propósito é identificar a elasticidade parcial das variáveis macro, específicas sobre algumas variáveis distributivas de interesse. Cabe lembrar que a elasticidade parcial mede a variação percentual relativa entre duas variáveis de interesse, mantidas constantes as demais variáveis. As variáveis macro analisadas são desemprego, inflação, câmbio, juros e salário mínimo e as variáveis de distribuição de renda incluem desigualdade e média dos rendimentos individuais do trabalho total e de grupos de interesse como escolaridade, idade e posição no domicílio. Centramos a análise na população em idade ativa (incluindo aqueles com renda nula). No caso dos cortes por posição na ocupação e por setor de atividade utilizamos a população ocupada.

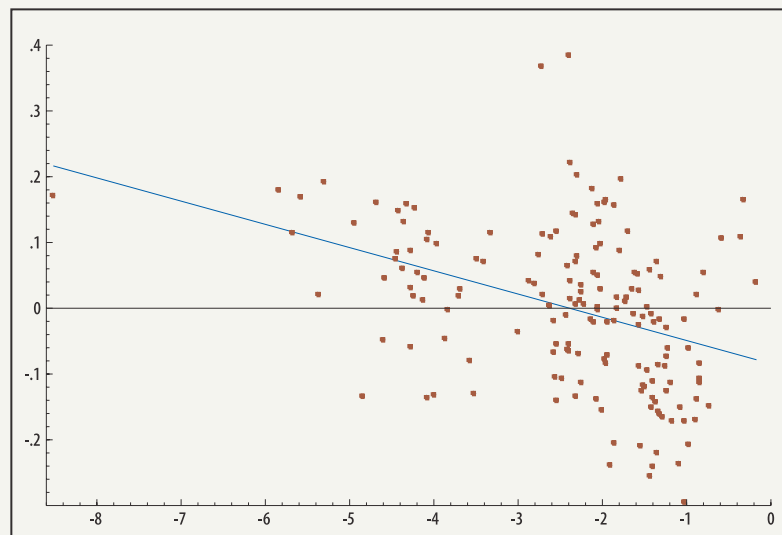
O desemprego capta os efeitos do nível de atividade sobre a desigualdade (Gini) e o nível dos rendimentos. As respectivas elasticidades correspondem a 0,025 e -0,42, ou seja, desemprego é ruim para a distribuição como para o tamanho do bolo. Vejamos agora as elasticidades-desemprego da renda de grupos selecionados: a) -0,45 para analfabetos e -0,42 para universitários; b) -0,56 para a faixa etária entre 15 e 25 anos e -0,49 para os que têm mais de 60 anos; c) a renda dos filhos (-0,52)

Padrões de correlação entre inflação e renda média total (PIA)

Inflação x renda média (elasticidade bruta)



Inflação x resíduo da renda média (elasticidade parcial)



Elaboração: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

ELASTICIDADES PARCIAIS ENTRE VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS E DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Amostra: População em idade ativa (PIA) – Renda do trabalho (incluindo as rendas nulas)

	Taxa de desemprego		Taxa de inflação		Taxa de câmbio real		Taxa de juros real		Salário mínimo	R ² (%)
Desigualdade (Gini)	0,025	2,88	0,004	2,45	-0,064	-6,53	0,072	1,02	-0,003	37
Renda média	-0,416	-11,38	-0,045	-6,51	-0,038	-0,89	-0,824	-2,78	0,323	68

Elaboração: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

Números em vermelho se referem às estatísticas t.

é mais elástica do que a dos chefes (-0,44) e cônjuges (-0,43). d) salários da indústria (-0,25) são menos elásticos do que os da construção (-0,51) e dos serviços (-0,37); e ^e) de forma semelhante, a renda de empregados formais (-0,24) é menos elástica que a de empregados informais (-0,42) e de autônomos (-0,62). Em suma, o desaquecimento da economia parece afetar mais os menores rendimentos.

Mais inflação induz pioras da distribuição de renda. Entretanto, o módulo das elasticidades é bem mais baixo que o do desemprego. A elasticidade-inflação do Gini é de 0,004, e a do rendimento médio é de -0,05. Uma interpretação para a positiva associação da desigualdade em relação à inflação é que os rendimentos na parte de baixo da distribuição são menos perfeitamente indexados. Conforme os gráficos ilustram, a elasticidade bruta da renda média em relação à inflação é bem mais baixa que a elasticidade parcial. Pode-se interpretar esse resultado através da relação inversa captada pela Curva de Phillips: se inflação mais baixa leva a desemprego mais alto, então o efeito da queda do desemprego sobre a renda poderá compensar o efeito direto da inflação mais baixa.

A fim de não tornar o texto excessivamente tedioso, omitimos a análise do impacto da taxa de inflação e demais variáveis macro sobre a renda dos diversos grupos analisados. O leitor está convidado a fazer inferências sobre

estes impactos a partir das tabelas apresentadas.

Taxas de juros reais mais altas não se associam com maior desigualdade (coeficientes positivos, mas não-esta-

“A desvalorização do real leva ao arrocho salarial? Agora qual seria o custo de sustentarmos o câmbio artificialmente valorizado? Não chores por mim, Argentina!”

tisticamente diferentes de zero). Uma interpretação é que uma vez levados em conta os efeitos recessivos dos juros altos através do desemprego, não há resíduo a ser explicado. Uma explicação complementar é que não captamos a renda financeira e o efeito positivo sobre os indivíduos de alta renda que têm acesso a aplicações financeiras. A elasticidade bruta do Gini em relação à taxa de juros é positiva, mas esta correlação desaparece quando levamos em consideração outras variáveis que pertencem

à regressão básica estimada. Entretanto, as taxas mais altas de juros levam a rendas médias agregadas mais baixas, com uma elasticidade igual a -0,82, mesmo quando controlamos para desemprego.

A elasticidade parcial do Gini com relação ao salário mínimo é nula. O resultado contrasta com a negativa elasticidade bruta do Gini em relação ao mínimo. De acordo com a teoria-padrão, uma elevação do mínimo deveria aumentar o desemprego, que se relaciona positivamente ao Gini. A elasticidade parcial do mínimo sobre a renda média é 0,32.

Uma taxa de câmbio real mais desvalorizada correlaciona-se com Gini, mais alto a elasticidade é de 0,064. O impacto das taxas de câmbio sobre a renda média não é estatisticamente diferente de zero. Em que pese a fragilidade destes métodos de séries temporais, o ministro Domingo Cavallo pode não estar errado ao afirmar que a desvalorização do real leva ao arrocho salarial dos trabalhadores brasileiros. Entretanto, excessos de volatilidade à parte, a questão relevante é qual seria o custo social de se sustentar uma taxa de câmbio artificialmente valorizada à base de taxas de juros e de desemprego mais altas. O módulo da elasticidade da renda média em relação a essas duas variáveis é particularmente alto. O mesmo tipo de resultado ocorre em relação ao índice de Gini. Não chores por mim, Argentina! ▀

ELASTICIDADES PARCIAIS DA RENDA MÉDIA DE GRUPOS SELECIONADOS EM RELAÇÃO A VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Amostra: População em Idade Ativa (PIA) – período : 1983 a 98 – Dados em Logs

	Taxa de desemprego		Taxa de inflação		Taxa de câmbio real		Taxa de juros real		Salário mínimo		R² (%)
Anos de escolaridade completos											
0 anos	-0,45	-12,32	-0,04	-6,10	0,06	1,36	-0,81	-2,73	0,23	4,62	68
Até 4 anos	-0,45	-12,14	-0,06	-7,89	0,10	2,31	-1,10	-3,64	0,27	5,33	72
4 a 8 anos	-0,45	-11,11	-0,05	-7,12	0,19	3,98	-0,91	-2,77	0,28	5,20	73
8 a 12 anos	-0,46	-11,87	-0,05	-7,27	0,15	3,31	-0,83	-2,66	0,34	6,55	75
Mais de 12 anos	-0,42	-10,67	-0,05	-6,19	0,00	0,09	-0,75	-2,35	0,33	6,21	66
Por faixas de idade											
15 a 25 anos	-0,56	-15,63	-0,05	-7,95	0,14	3,44	-0,42	-1,43	0,36	7,33	80
25 a 45 anos	-0,43	-13,26	-0,06	-9,84	0,02	0,49	-0,46	-1,76	0,35	7,93	76
45 a 60 anos	-0,45	-11,94	-0,07	-9,25	-0,16	-3,69	-0,55	-1,81	0,35	7,03	69
Mais de 60 anos	-0,49	-9,29	-0,07	-7,44	-0,03	-0,42	-0,98	-2,31	0,41	5,77	62
Por situação no domicílio											
Chefe	-0,44	-11,65	-0,05	-7,52	0,03	0,69	-0,85	-2,77	0,32	6,39	71
Cônjuge	-0,43	-12,62	-0,06	-8,94	-0,30	-7,73	-0,54	-1,98	0,27	5,91	74
Filhos	-0,52	-13,72	-0,05	-6,97	0,06	1,30	-0,74	-2,41	0,32	6,33	74
Outros parentes	-0,49	-12,17	-0,05	-6,18	0,02	0,44	-0,74	-2,29	0,32	5,88	70
Não é membro da família	-0,47	-6,96	-0,02	-1,82	-0,03	-0,39	-0,10	-0,17	0,16	1,76	36
Empregado doméstico	-0,34	-7,31	-0,07	-7,44	0,01	0,20	-1,19	-3,10	0,07	1,17	47
Pensionista	-0,47	-6,96	-0,09	-6,84	-0,09	-1,20	-0,97	-1,77	0,52	5,75	55
Por setor de atividade*											
Serviço	-0,37	-10,99	-0,05	-7,62	-0,10	-2,62	-0,75	-2,75	0,29	6,40	66
Comércio	-0,46	12,61	-0,05	-7,89	-0,07	-1,56	-1,06	-3,59	0,28	5,80	70
Setor público	-0,42	-9,63	-0,06	-6,98	0,06	1,22	-1,05	-2,99	0,22	3,82	59
Construção	-0,51	-13,04	-0,05	-6,52	0,04	0,78	-0,93	-2,95	0,24	4,59	69
Indústria	-0,25	-7,69	-0,04	-7,01	0,01	0,26	-0,62	-2,39	0,32	7,40	67
Mineração	-0,30	-5,58	-0,03	-2,76	0,01	0,23	-0,35	-0,81	0,23	3,29	43
Outros	-0,30	-5,95	-0,03	-2,78	-0,06	-1,04	-1,27	-3,11	0,31	4,53	46
Por posição na ocupação*											
Empregado formal	-0,24	-7,56	-0,05	-7,64	0,06	1,58	-0,73	-2,87	0,30	7,03	69
Empregado informal	-0,42	-11,71	-0,05	-7,84	-0,04	-0,95	-0,99	-3,44	0,16	3,40	64
Conta-própria	-0,62	-16,56	-0,05	-7,05	-0,24	-5,51	-0,98	-3,27	0,23	4,68	77
Empregador	-0,59	-13,63	-0,05	-6,04	-0,31	-6,21	-0,72	-2,07	0,35	6,13	72

Elaboração: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

OBS.: a) Números em vermelho correspondem às estatísticas t.

b) A constante e as *dummies* sazonais foram omitidas

*Neste caso a amostra é o conjunto de ocupados nestes segmentos.